



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

RESPOSTA DA DILIGENCIA

**PE 05/2023 – CEDEC – Registro de preços para eventual aquisição
de água mineral, em galão 5 litros.**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com



DESPACHO DE DILIGÊNCIAS PE 005/2023 - CEDEC

1. DILIGÊNCIAS SOLICITADAS:

1.1 A empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA solicitou através do e-mail enviado a CPL/CBMPA no dia 24 de agosto de 2024 que fosse verificado o balanço apresentado pela empresa L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS alegando que o mesmo não teria validade para a licitação e a empresa deveria ser desclassificada do certame;

1.2 A empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA solicitou através do e-mail enviado a CPL/CBMPA no dia 24 de agosto de 2024 que fosse verificado o CNAE da empresa L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS alegando que a empresa deveria possuir o CNAE de Comércio Atacadista de Água ou CNAE de COMÉRCIO Varejista de Bebidas para estar qualificada no certame.

1.3 A EMPRESA 3E SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA solicitou através do e-mail enviado a CPL/CBMPA no dia 24 de agosto de 2024 que fosse verificado o balanço apresentado pela empresa L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS alegando que o mesmo não teria validade para a licitação e a empresa deveria ser desclassificada do certame;

2. DESPACHO DO PREGOEIRO:

2.1 Referente ao CNAE e ao Balanço patrimonial apresentado pela empresa L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, este pregoeiro estudou e analisou juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, Diretoria de Finanças realizou uma prévia consulta ao jurídico do CBMPA/CEDEC e chegou à seguinte conclusão:

Considerando o Acórdão nº 1203/2011 – Plenário:



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

*(...) É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento a previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro. **Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante.***

Considerando os atestados de capacidade técnicas apresentados pela empresa L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, onde foi constatado que a empresa já comercializou mais de 4000 unidades de garrações de água mineral de 05 litros atendendo o previsto no edital.

Considerado que foi consultado os CNPJ das empresas que comercializarão galões de água mineral com a empresa L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, onde foi constatado que se encontram ativas.

Considerando que foi realizado a análise das Notas Fiscais Eletrônicas anexadas pela empresa, através do Portal da Nota Fiscal Eletrônica ([Portal da Nota Fiscal Eletrônica \(fazenda.gov.br\)](http://fazenda.gov.br)), é foi constatado que todas as NFe apresentadas são validas.

Referente ao Balanço patrimonial da empresa foi verificado junto ao SICAF que a empresa não possui pendências quanto a sua habilitação econômico-financeira.

Considerando o balanço da empresa foi verificado junto a Junta Comercial do Estado do Pará através do site (<https://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/AUTENTICACAO.aspx>) através do protocolo 224424416 e a chancela 131529633484806 sendo constatado a validação feita com sucesso.

Considerando que as ajudas humanitárias realizadas pela CEDEC são de pronta entrega para atendimento a municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Considerando que foi analisado que a empresa possui o porte de Microempresa (ME) estando desta forma isenta da apresentação de balanço patrimonial, conforme o item 9.16.1.3 do edital:

9.16.1.3 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (Art. 3º do Decreto Federal nº 8.538 de 2015).

Tal conclusão decorre da interpretação do conceito de bens para pronta entrega, que seriam aqueles bens “de prateleira”, cuja venda é realizada regularmente no mercado, sem a necessidade de maiores adaptações ou personalizações para atender à necessidade do órgão contratante. Afinal de contas, se estamos falando de bens que, muito provavelmente a empresa já possua no estoque, ou que consiga produzir sem maiores esforços adicionais no sentido de adaptação ao uso, o risco de inexecução do objeto presumivelmente reduz-se bastante. Pois, trata-se de uma obrigação de dar, onde geralmente a mera entrega do bem ao órgão contratante já exaure a obrigação contratual. Quanto à inclusão da locação de materiais, sinceramente não me ocorre qual poderia ser a motivação.

Assim, nas licitações realizadas por órgãos vinculados à regulamentação do Decreto nº 8.538, de 2015, não só podemos como devemos dispensar a exigência de balanço, das licitantes enquadradas como microempresa ou da empresa de pequeno porte. Sem prejuízo da concessão de todos os demais benefícios previstos na legislação para tais empresas.

Considerando que foi analisado que a empresa possui o porte de Microempresa (ME) estando desta forma isenta da apresentação de balanço patrimonial, conforme o item 9.16,1.3 do edital:

Considerando o Acórdão do TCU nº 1234/2018, na suas páginas 16, 17 e 18:

Da definição de entrega imediata para fins de dispensa do termo de contrato

22. Superada a discussão que concluiu pela desnecessidade de limitação de valores ou modalidade licitatória para a dispensa do termo de contrato nas aquisições de bens com entrega imediata de que não resultem obrigações futuras, resta pendente a caracterização da ‘entrega imediata’ para fins de substituição



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

do contrato por instrumento mais simples, como a nota de empenho.

23. A Lei 8.666/1993, em seu art. 40, § 4º, conceitua as compras para entrega imediata como 'aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta.

24. Da junção literal do art. 62, § 4º, com o art. 40, § 4º, da Lei de Licitações, extraiu-se a conclusão de que a dispensa do instrumento de contrato para a aquisição de bens, somente seria admitida: i) quando dela não resultarem obrigações futuras; e ii) quando a previsão for de entrega imediata e integral dos bens adquiridos, assim entendida aquela que ocorrer em até trinta dias da data da proposta.

25. É exatamente essa definição de entrega imediata que gera a dicotomia entre literalidade e aplicabilidade da norma. Isso porque considerada a literalidade dos dispositivos mencionados, sua aplicabilidade torna-se praticamente nula. Conforme apontado pela Segedam (peça 35, p. 10):

(...) seria virtualmente impossível, ao menos na maioria das ocasiões, concluir-se o procedimento licitatório dentro de trinta dias a partir do recebimento da proposta. No caso de licitação para registro de preços de bens a serem oportunamente adquiridos, a formalização dos pedidos por nota de empenho estaria, por óbvio, obstaculizada, a prevalecer esse entendimento.'

26. Nesse sentido, prevalecendo o entendimento de que a entrega imediata é necessariamente aquela que ocorre até trinta dias da data de apresentação da proposta, a dispensa do termo de contrato prevista do art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993, bem assim no art. 15 do Decreto 7.892/2013, que remete ao artigo da LLC,



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

restaria esvaziada, praticamente sem possibilidade de aplicação. Assim, a interpretação literal de normativo foge à razoabilidade.

(...) 30. Argumenta a Consultoria Jurídica (peça 27, p. 4), ainda, que o cenário econômico do país, na ocasião da edição da Lei 8.666/1993, era inflacionário, em que variações de custos relevantes poderiam ocorrer em curtos períodos de tempo. Possivelmente essa seja a razão da definição constante do art. 40, § 4º, da Lei de Licitações, não mais aplicável à maioria das contratações na atualidade.

36. Feitas essas considerações e tendo por intuito harmonizar a leitura do art. 40, § 4º, da LLC, com os princípios que regem a atividade administrativa, notadamente o da eficiência, o marco para a contagem dos trinta dias para a entrega do bem, de forma a considerá-la imediata, deveria ser a data da solicitação da Administração ou da própria emissão do empenho ou instrumento equivalente.

Desta forma, levando em consideração a análise do conjunto de informações coletados, este pregoeiro chegou à conclusão de que a empresa está habilitada referente as diligências solicitadas.

Belém, PA, 28 de agosto de 2023.

CARLOS RANGEL VALOIS DA SILVA – MAJ QOBM

Pregoeiro